

A MULHER E O PODER EXECUTIVO EM NORMANDIA-RR: (IR) REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA FEMININA.

Herika Souza do Valle¹

Resumo: O presente trabalho é um estudo de caso, no qual aborda a participação da única mulher que se tornou prefeita de Normandia, município a noroeste de Roraima, no início da década de 1990, porém, após o término do mandato, ficou sem representatividade política, demonstrando a continuidade das relações de poder masculina para cargo majoritário nos pleitos seguintes naquele município até aos dias atuais.

Palavras chaves: Normandia; política, poder e representatividade.

Abstract: This paper is a case study, which deals with the participation of one woman who became mayor of Normandy, city northwest of Roraima, in the early 1990s, however, after the end of the term, was no political representation, demonstrating the continuity of male power relations to the majority position in the following elections in that city until the present day.

Keywords: Normandy; politics, power.

Introdução

Abordar sobre política sempre causa bastantes discussões. DE acordo com Bourdieu (2017), desde a Antiguidade, quando os próprios atenienses, mesmo sendo esses os instituidores da democracia, restringiam a atuação da mulher nas decisões políticas da pólis. Elas não participavam das questões políticas por serem consideradas inaptas para esse tipo de atividade, exemplo clássico de uma sociedade patriarcal.

¹ Licenciatura Plena em História. Mestre e Doutora em Ciências da Educação. Professora Sênior da Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima.

Portanto, escrever a questão de mulheres como representantes políticas, como aqui é o caso, é no mínimo, um desafio mesmo estando no século XXI. Ainda vemos com mais frequência do que queríamos críticas ácidas às demandas femininas.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), apenas 12% dos municípios brasileiro, num universo de 5.570, tem uma mulher como chefe do executivo, em todo o país. O que nos chama atenção é que desde 1997, na tentativa de diminuir essa discrepância em relação à falta de representatividade das mulheres no exercício de cargos eletivos, principalmente nos executivos, o TSE instituiu no artigo 10, da Lei das Eleições nº. 9.504/97, a obrigatoriedade de cotas femininas nos partidos políticos de 30%, além de inúmeras campanhas veiculadas nas mídias no intuito de despertar o interesse da representatividade feminina no sistema político.

Todavia, conforme descreve Del Priore (2017) ao analisarmos a história política brasileira, percebemos como ela é marcada por um elitismo econômico, social e cultural resultante de séculos das relações de poder exercida pelos europeus sobre os colonos sul americanos, e posteriormente deixada como legado em quaisquer formas de governos adotado dos anos mil e quinhentos aos dias atuais.

Neste estilo de política, de acordo com os dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas - FGV, a representatividade feminina nos poderes executivo e legislativo foi obstada, quando muito, a conquista do votar e ser votada, conforme o Código Eleitoral nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Tal fato foi um xeque mate dado pelo então presidente Getúlio Vargas, homem que usufruindo o poder ostensivo e ideológico, perdurou quinze anos ininterruptamente no governo central.

Isto é, o direito ao voto veio com reservas, mas parecia um 'presente de grego'. O texto da Constituição de 1934 assim estava escrito: "O alistamento e o voto são obrigatórios para homens e para as mulheres, quando essas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determina".(PINSKY, 2016: 262).

A primeira mulher a ter o direito de votar no Brasil foi Celina Guimarães Viana. E isso bem antes do Código Eleitoral de 1932. Aos 29 anos, Celina pediu em um

cartório da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para ingressar na lista dos eleitores daquela cidade. Junto com outras seguidoras, Celina votou nas eleições de 5 de abril de 1928. Formada pela Escola Normal de Natal, Celina aproveitou a Lei nº 660, de outubro de 1927, que estabeleceu as regras para o eleitorado solicitar seu alistamento e participação. Em todo o país, o estado potiguar foi o primeiro a regulamentar seu sistema eleitoral, acrescentando um artigo que definia o sufrágio sem ‘distinção de sexo’. O caso ficou famoso mundialmente, mas a Comissão de Poderes do Senado, não aceitou o voto. No entanto, a iniciativa da professora marcou a inserção da mulher na política eleitoral.

Nos anais do Tribunal Superior Eleitoral, consta que nas eleições de 1928 quando as mulheres nem sequer podiam votar², a cidade de Lajes, interior do Rio Grande do Norte, elegeu com 60% dos votos, a viúva Luíza Alzira Soriano Teixeira, a qual era apoiada pela feminista Bertha Lutz, uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. Alzira Soriano foi a primeira mulher na América Latina a ocupar o cargo de prefeita. Mas ela não exerceu o mandato, pois a Comissão de Poderes do Senado impediu que Alzira tomasse posse e anulou os votos de todas as mulheres da cidade. Isto porque a participação de mulheres na eleição fora autorizada excepcionalmente graças a uma intervenção do candidato a presidente da província, Juvenal Lamartine³.

Mesmo Alzira Soriano não exercendo o cargo, abriu possibilidades às outras tantas mulheres que após esse feito exerceram representatividade da sua classe e de seu gênero nos mais longínquos rincões, como é o caso da senhora Francisca das Chagas Rosas de Figueiredo, a primeira e única mulher a ser prefeita no município de Normandia, Roraima e até mesmo numa proporção ainda maior, a própria senhora Dilma Vana Rousseff, eleita em 2010, pelo PT, a primeira mulher a comandar o Brasil.

A participação de mulheres na política em Roraima

² Segundo Ane Cajado, historiadora do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Constituição Republicana de 1891 não proibia o voto feminino, pois considerava como eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. O que existia era uma interpretação errônea em relação à redação considerar cidadão brasileiro apenas o homem.

³ Até 1930, os governantes das províncias eram chamados de presidentes e não governadores. Lamartine foi um dos primeiros políticos brasileiros que foi conquistado pela luta feminista.

Roraima é o estado localizado no extremo norte do Brasil, rico em diversidades naturais e culturais, apresentando uma peculiaridade bem interessante em relação a participação das mulheres na política, como veremos no bojo deste trabalho.

A primeira mulher da relação de muitas que escreveram e escreverão seu nome como participantes da política roraimense e até mesmo nacional é Maria Marluce Moreira Pinto. Segundo o TSE, ela e a mineira Júnia Marise foram eleitas simultaneamente, em 1990, as duas primeiras senadoras do Brasil após a Constituição de 1988.

Maria Marluce Moreira Pinto é respeitosamente aclamada pelos roraimenses de *eterna senadora*, em alusão a esse fato tão importante e divisor de águas na política nacional e local, bem como sua permanência no Senado Federal até final de 2003. De acordo com os registros do TSE, ela já havia sido deputada federal em 1986, pelo Partido do Trabalhador Brasileiro – PTB, após a exoneração do Partido Social Democrático - PSD.

Segundo Nogueira (2014), o sucesso de Marluce Pinto na política sempre esteve indubitavelmente ligado ao seu marido, Ottomar de Sousa Pinto, que faleceu em dezembro de 2007 no cargo de governador de Roraima⁴. Após a morte de seu marido, ela retornou à sua terra natal, no estado do Ceará, comandando suas empresas e não exerce atualmente nenhum cargo político.

Em seguida, outra mulher que marca a história política roraimense e, particularmente a boavistense é Maria Teresa Saenz Surita, que até pouco tempo era conhecida politicamente no cenário nacional como Teresa Jucá. Fez sua vida política também sob a égide de seu então marido, o senador Romero Jucá. Eleita duas vezes deputada federal, em 1990 e 2010 respectivamente. Dentro de seus maiores feitos, é ser a única mulher prefeita de capitais e a primeira política a gerir uma capital brasileira por quatro vezes, 1992, 2000, 2004, 2012 e 2016, estando em seu quinto mandato. Além disso, exerceu a função de Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das

⁴ politica.estadao.com.br/.../geral,morre-governador-de-roraima-ottomar-pinto-aos-76

Cidades (2008-2009)⁵, Assessora Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Brasília de 1999 a 2000.

Trilhando o mesmo caminho na política semelhante à Marluce Pinto e Teresa Surita, têm-se Maria Suely Silva Campos, casada com o ex-governador Neudo Ribeiro Campos e atual governadora do Estado. Frisa-se que esta é a sua maior conquista política, deixando seu nome nos anais da história política roraimense por ter sido eleita em 2014 como a primeira mulher ao cargo de chefe do executivo estadual com total de 127.161 votos, representando 54,85%.

A carreira política de Suely Campos começou quando foi primeira-dama em dois quadriênios consecutivos (1995-1998 e 1999-2002), exercendo o cargo de Secretária do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES. Em 2002, pelo Partido da Frente Liberal - PFL⁶ elegeu-se deputada federal. No ano de 2008 já pelo Partido Progressista - PP elegeu-se vice-prefeita de Boa Vista na chapa encabeçada por Iradilson Sampaio.

A ascensão das primeiras-damas em Roraima continuou com sucesso. A próxima mulher ao qual assinalou seu nome na política feminina é Ângela Maria Gomes Portela, casada com Flamarion Portela, atual deputado estadual, ex- governador e ex-vice-governador. Em 1999, Ângela Portela foi convidada para assumir a Direção do Departamento de Desenvolvimento Social da SETRABES e posteriormente quando seu marido assumiu o governo, exerceu a função de Secretária de Estado desta mesma pasta. Em 2006, Ângela Portela foi eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT e se projetou no Parlamento brasileiro como novo nome de Roraima, defendendo bandeiras sociais importantes.

Uma destas bandeiras foi a que amplia a licença maternidade para seis meses, proposta defendida pelos movimentos sociais e de mulheres em todo o País. Ângela Portela transformou essa bandeira em Proposta de Emenda à Constituição, a de número 030/2007, que altera o artigo 34, para assegurar a todas as mulheres, o direito a licença maternidade de 180 dias, sem prejuízo do salário e com garantia de estabilidade no

⁵ BRASIL. *Decreto no. 425, de 12 de junho de 2008*. Diário Oficial da União de 13 de Junho de 2008, Pg. 2. Seção 2

⁶ O PFL foi refundado em 28 de março de 2007, atualmente é Democratas – DEM, partido político brasileiro de centro-direita.

emprego. É, também, de sua autoria, o Projeto de Lei – 1085/2007, que cria o regime especial de inclusão previdenciária com foco na aposentadoria das donas de casa.

Em 2010, foi eleita senadora da República (2011-2019), ainda no PT, com 27% dos votos válidos⁷. Nas eleições de 2014, concorreu ao cargo de governadora do estado, entretanto ficou em terceiro lugar na disputa, obteve 18,03% dos votos, perdendo para o então governador Francisco Rodrigues e Suely Campos. Entretanto, no segundo turno, faz uma aliança e apoia Suely Campos, a qual saiu vencedora.

No pleito de 2014 mais uma ex-primeira dama conquista sua vitória na política: Shéridan Esterfany Oliveira de Anchieta, eleita a deputada federal mais bem votada, pelo PSDB. Na época, casada com o ex-governador José de Anchieta Júnior, ao qual governou Roraima desde o falecimento de Ottomar Pinto, em dezembro de 2007 até 4 de abril de 2014, quando precisou renunciar o governo para concorrer ao senado federal, mas sem êxito.

Shéridan Esterfany enquanto primeira-dama atuou como Secretária da Promoção Humana e Desenvolvimento. A criação desta pasta extraordinária foi explicitamente uma acomodação política⁸. Todavia, nela quem Sheridan desenvolveu seu trabalho social e conquistou seu eleitorado.

Mulheres no poder executivo municipal roraimense

⁷ Dados do TRE/RR www.tse.gov.br

⁸ LEI Nº 813 DE 7 DE JULHO DE 2011. Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD.” O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA: Faço saber que a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou e eu sanciono a presente Lei: Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento – SEPHD, criada nos termos do §1º do art. 2º da Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, e regulamentada por força do Decreto nº 8.750-E, de 11 de março de 2008, tendo sua primeira prorrogação aprovada pela Lei nº 712, de 05/05/2009, e a segunda pela Lei nº 771, de 07/04/2010. Parágrafo único. A prorrogação de que trata este artigo terá duração de 1 (um) ano, contado do termo final de duração da Secretaria. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos/RR, 7 de julho de 2011. JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR Governador do Estado de Roraima. Diário Oficial. Boa Vista, n. 21, ed. 1580, p.03, 07. jul. 2011. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20110707.pdf>

No site do TSE está disponível um relatório técnico⁹ do perfil dos prefeitos brasileiros eleitos em 2012, e nele apresentava que os prefeitos do sexo masculino são 87,84%; do feminino são 11,98% e 0,18% sem informação. Em Roraima, 80,00% dos prefeitos eleitos são do sexo masculino e 20,00% do sexo feminino. Percebeu-se com esses dados, a necessidade de promover o conhecimento sobre a participação política das mulheres bem como a representatividade delas no poder executivo municipal nos municípios de Roraima.

Ao levantar os dados, encontramos Florany Mota, Maria Lúcia Cavalcanti Muniz, Lizete Spies, Roseny Cruz Araújo, Maria Elivânia de Andrade e Francisca Rosas as quais historiaram seus nomes na política ao se tornarem prefeitas em seus respectivos municípios no interior roraimense.

Em pronunciamento feito na tribuna da Câmara dos Deputados¹⁰, aos dias quinze de outubro de dois mil e quatro, a senhora deputada federal Maria Helena Veronese (PPS-RR) cita e parabeniza as mulheres vitoriosas para exercício do cargo de prefeitas no pleito daquele ano, bem como o aumento da representatividade das mulheres na política.

“O crescimento da representatividade feminina nestas eleições é outro aspecto que merece atenção. Nunca, na história roraimense, as mulheres foram tão bem sucedidas na política quanto neste último pleito. Além de Teresa Jucá e Maria Lúcia, foram vitoriosas as prefeitas Florany Mota, em Uiramutã, e Vaninha (Prefeita) e Ivone (Vice) em Caracaraí”.

Florany Maria dos Santos Mota, conhecida no *métier* político como Florany Mota, exerceu o cargo de prefeita de Uiramutã por duas vezes (2001-2004) e (2005-2008). No primeiro mandato, vivia em união estável com Sebastião Silva, irmão da atual governadora do estado, Suely Campos. Na época, seu co-cunhado Neudo Campos

⁹ Tribunal Superior Eleitoral - 2012. Tabulações especiais: François E. J. de Bremaeker

¹⁰ www.camara.gov.br/sileg/integras/244800.

era governador e foi indicada e apoiada por ele. Em 2004 foi reeleita pelo PT, e já estava desvinculada afetiva e politicamente da família Souza e Silva.

Maria Lúcia Cavalcanti Muniz foi a prefeita eleita em São João da Baliza para o período de 2005-2008.

Rosy do Zaca é como ficou conhecida a senhora Roseny Cruz Araújo, casada com o senhor Zacarias Assunção Ribeiro Araújo, ao qual foi prefeito no período de 2009 a 2012. Ela o sucedeu na prefeitura do Cantá para o quadriênio 2013-2016, sendo a primeira mulher a ser chefe do executivo municipal naquele município.

No município do Bonfim, a precursora a exercer o cargo de prefeita entre os anos (2013-2016) foi a senhora Lizete Spies. Ela é casada com o ex-prefeito Rhomer Souza (2005-2008).

Maria Elivânia de Andrade, conhecida por Vaninha, foi eleita pelo PFL a primeira mulher para governar a cidade de Caracaraí no período entre 2005-2008.

Enfim, falaremos da senhora Francisca das Chagas Rosas de Figueiredo, primeira e única mulher ter exercido o cargo de prefeita no município de Normandia. O fato ímpar na história política começa no ano de 1988, quando estava no mandato de vereadora e presidente da Câmara Municipal, outra marca conquistada por ela, aceita o convite a compor a chapa com Luiz Otávio Corrêa de Melo. Ele havia sido prefeito nomeado no início da década de 1980.

Em razão da inexistência de material historiográfico sobre o assunto, e naquela época o uso de computadores ainda era extremamente restrito, foi necessário utilizarmos a técnica da história oral por meio de entrevistas.

As eleições municipais no Brasil em 1988 aconteceram em 15 de novembro, numa terça-feira. Estavam aptos a votar cerca de 70 milhões de eleitores e pela primeira vez todos os municípios do país elegeram seus prefeitos sem restrições. Os eleitos administrariam tais cidades entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1992.

A chapa foi eleita, e tudo estava sob absoluto controle, quando o prefeito Luiz Otávio adoeceu¹¹, e em razão do problema de saúde que o acometeu, realizava constantemente viagens interestaduais e até mesmo internacionais na tentativa de

¹¹ A família em memória de seu ente querido, e preservando o patriarca da família, senhor Joaquim Correa, não permite a divulgação da doença que causou a morte do senhor Luiz Otavio. A partida precoce dele deixou não somente os munícipes normandienses tristes, mas o estado de Roraima em choque.

encontrar a cura. Porém, em nenhuma dessas viagens às quais se ausentava do município, do estado ou até mesmo do país, deixou a até então a sua vice, a senhora Francisca no comando.

Em entrevista a ela, questionei sobre tal fato, se eles conversavam, trocavam ideias, recebia orientação dele etc. E ela calmamente disse: *Até a morte dele ocorrida em 31 de abril de 1992 nunca havia assumido a prefeitura. Tudo ele repassava para o Chefe de Gabinete, o meu irmão Gilberto Rosas. E ela completou: Na verdade minha posse foi dada dia 11 de maio, pelo então presidente da Câmara Municipal, o senhor Jesus Lago e governei até dia 31/12 do mesmo ano. Foi quando passei a prefeitura para Gelb Pereira, candidato eleito.*

Continuando a entrevista perguntei se havia gostado de ter sido a primeira mulher a tornar-se prefeita. Obtemperou: *Neste caso sim, me orgulho disso. Mas não gostei de exercer a função de prefeita. Gostei mesmo de ter sido vereadora e até mesmo presidente da Câmara. Segundo ela, o clima era outro.*

Percebi o entusiasmo e a felicidade de falar sobre suas ações frente ao Poder Legislativo. Elencou que ela organizou administrativamente, foi responsável pela elaboração de leis, além da criação do Regimento Interno, bem como a contratação dos primeiros servidores da referida casa.

Em relação a prefeitura, esclarece: *Senti-me extremamente rejeitada. Sofria muita pressão por parte de todos. Era constantemente desafiada e ouvia piadas machistas em razão do meu jeito de administrar. Sofria ameaças de 'políticos maiores'. Foi um período torturante. Sei que tudo isso era por eu ser mulher e estar no comando.*

Diante dessa fala indaguei se estes teriam sido os motivos que a levaram a não querer a reeleição para prefeita e até mesmo não voltar a ser vereadora, cargo que exercia anteriormente. Ela respondeu: *Sim, com certeza. Foram oito meses marcantes e conturbados. Mas sempre tive apoio incondicional de meu marido e das minhas filhas. Na época, a filha caçula era a única que reclamava da minha ausência.*

Entretanto, no final da entrevista disse que agora, após muitas mulheres terem trilhado com sucesso, e a realidade sendo outra, pelo menos no aspecto legal, assinalou: *quem sabe daqui quatro anos (2020) eu saía candidata. Estou avaliando esta possibilidade. Quem sabe?*

O futuro dirá se a primeira mulher prefeita de Normandia voltará ou não ao cenário político.

Considerações

É indubitável que o aumento tão expressivo no número de mulheres à frente do executivo municipal sinaliza que a população está à procura de representantes que reflitam novas tendências políticas e que estejam dispostos a enfrentar questões de relevância, como a desigualdade de gênero, a redução da violência social através de ações voltadas para a criança e o adolescente, e o combate à instabilidade socioeconômica por meio de programas de geração de renda.

Todavia, apesar de evidenciar a vontade do eleitor em renovar e romper com paradigmas em relação ao gênero, houve uma continuidade das oligarquias políticas instaladas há décadas por dois grupos antagônicos, “*Campos versus Jucá*”, como se ainda vivêssemos sob a égide do coronelismo.

Numa democracia representativa, segundo Biroli (2014), a Constituição contempla a proibição do mandato vinculado a interesses particulares, mas o que se vê é a constante violação de tal regra, pois os representantes eleitos por um determinado partido acabam por estar vinculados aos interesses particulares da agremiação partidária pela qual se elegeram ou a outros interesses ainda mais particulares. Utilizam-se de táticas e estratégias, artimanhas e tudo mais o que for necessário e estiver ao alcance para a conquista ou continuidade do poder.

Ainda Biroli (2014:31) coloca a necessidade de compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas. E expõe que é evidente que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político vigente.

Atribui, de maneira graciosa, uma denominação chamada de apadrinhamento marital para essa ascensão e atuação feminina na política roraimense fulcrada às sombras de seus respectivos cônjuges.

A ex-prefeita de Normandia, Francisca Rosas, nosso objetivo principal deste trabalho, além de ter sido até o momento a única mulher a ter sido chefe do poder

executivo, teve sua vida política totalmente dissociada ao marido, um pequeno comerciante de estivas em geral. Talvez, por essa peculiaridade, a distingue das demais mulheres que atuaram ou atuam como prefeitas em Roraima.

A sua (ir) representatividade foi no início da década de 90, naquele pleito, não teve em Roraima nenhuma prefeita eleita, ou seja, ela foi a primeira mulher no Estado a comandar uma prefeitura. A conjuntura ao qual a levou assumir, fez com que ela se sentisse sozinha num mundo até então exclusivamente masculino.

Referências

BIROLI, Flávia. MILGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. 1ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 20ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bestbolso, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Decreto no. 425, de 12 de junho de 2008*. Diário Oficial da União de 13 de Junho de 2008, Pg. 2. Seção 2

DEL PRIORE, Mary (org). PINSKY, Carla (coord. textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo, Contexto, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica> acesso 08/2016

PINSKY, Carla. PEDRO, Joana. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ed. 2ª reimpressão, São Paulo, Contexto, 2016.

Roraima. Diário Oficial. Boa Vista, n. 21, ed. 1580, p.03, 07. jul. 2011. Disponível em <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20110707.pdf> acesso em 08/2016